

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, A
REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 9 horas e 45 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Presidente

Secretário

COMERCIO E INDUSTRIA (COD 16)

A senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, no uso da palavra informou que a pedido de alguns comerciantes da Rua de Almacave, reuniu na semana transacta, no Salão Nobre dos Paços do Município conjuntamente com os senhores vereadores Manuel José do Carmo Coutinho e Jorge Guedes Osório Augusto, tendo estes manifestado a sua preocupação pelo desinteresse que a população de Lamego demonstra pelo funcionamento do comércio tradicional existente naquela rua.

Com vista a modificar esta realidade, avançaram com algumas sugestões, tais como: a criação de um café, fazer-se um estudo para o estacionamento naquela rua, talvez em “espinha”, para perspectivar uma nova iluminação, tornando aquela zona mais atractiva, para levar as pessoas a frequentar, com mais assiduidade, aquela artéria.

O senhor Presidente da Câmara encarregou o senhor Vereador Manuel José do Carmo Coutinho, de apresentar um estudo para a Rua de Almacave, nomeadamente no que concerne ao trânsito e iluminação.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO: (COD 20)

A senhora Vereadora da Juventude e Desporto informou que este Município participou na campanha “Acenda uma luz pelo Autismo”, iluminando-se os Paços do Município de Lamego com luzes azuis, nos dias 1 e 2 de Abril para comemorar o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo.

Informou, ainda, que estão a decorrer no Espaço Internet – Lamego Digital Workshops gratuitos sobre tecnologias de informação para jovens do concelho de Lamego, que vão poder alargar os seus conhecimentos no mundo da informação e do conhecimento.

Deu ainda conhecimento que a Câmara Municipal de Lamego organizou em conjunto com a ANDDI (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual), o 4º Torneio da Cerejeira em Flor de Ténis de Mesa, no dia 26 de Março de 2011, nas instalações da EB.2,3 de Lamego, que englobou 35 atletas de

Presidente

Secretário

todo o país e contou com a colaboração de empresas da região (Lúcio Fernandes Ltd, Farmácia Santos Monteiro e Frutas da Quinta de Moitós) e que foi considerado um sucesso, pois permitiu que este sector da sociedade fosse acarinhado e realizado actividade física tão importante para a qualidade de vida, além de terem conhecido uma nova terra e convivido com os nossos jovens.

Entregou, a todos os presentes o Mini – Guia, produzido pelo Centro Europe Direct que tem como objectivo de divulgar o centro e as questões relacionadas com a União Europeia e todos os seus programas de apoio para o desenvolvimento da Cidadania Europeia.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO: (COD 20)

A senhora Vereadora do Pelouro da Juventude e Desporto, deu conhecimento ao executivo o Plano de Actividades do Espaço Internet – Lamego Digital, para o ano de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento do Plano do Espaço Internet – Lamego Digital, realçando a actividade promovida junto dos jovens e alunos do concelho de Lamego.

RESUMO DA ACTIVIDADE DA DIVISÃO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do relatório da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico desenvolvido durante o mês de Março de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura aprovados de obras particulares, no Março de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

**LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM MARÇO DE 2011
(COD 45)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem das despesas autorizadas no mês de Março de 2011, nos termos do n.º 6 do artigo 39º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 04 de Abril de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA**01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 22.03.2011 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 22 de Março de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: AMÉLIA DOS REMÉDIOS CUNHA**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 154/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 230/DMSU, de 21 de Março de 2011, se proceda à correcção da factura n.º 13007, de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de

Presidente

Secretário

Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEITE C. PINTO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 155/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 229/DMSU, de 18 de Março de 2011, se proceda à correcção da factura n.º 347, de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: GUALDINO CARDOSO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 169/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 137/DMSU, de 15 de Fevereiro de 2011, se proceda às correcções das facturas n.º 4239/11, de Janeiro e n.º 17448/11, de Fevereiro, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA PROMOÇÃO DO SEMINÁRIO “TARIFAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA (COD 01)

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 156/01/11 do senhor Presidente da Câmara, em que é solicitado ao executivo a atribuição de um patrocínio para a promoção do Seminário “Tarifas dos Serviços de Água,” a realizar pela Comissão Especializada de Serviços de Água (CESA), da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH), em colaboração com o Instituto Politécnico de Viseu, a realizar na Escola Superior de Tecnologia de Viseu, no dia 3 de Junho de 2011. Como contrapartida, a Câmara Municipal de Lamego será apresentada como patrocinadora no site do evento, nos boletins que vierem a ser editados e em todo o material de divulgação e serão concedidas inscrições de 50% aos participantes oriundos da Câmara Municipal de Lamego.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de 500€ ou outras formas de apoio ao referido evento.

06-ASSUNTO: PERDA DE CONDIÇÃO DE ASSOCIADO NA ASSOCIAÇÃO DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR (COD 08)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 170/08/11 do senhor Presidente da Câmara, que começa por informar o seguinte:

O Município de Lamego solicitou a adesão à Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, que foi aceite e aprovada pela comissão executiva da Associação, a 24 de Outubro de 2007, mediante o pagamento anual de uma quota no valor de 18.000,00 €

A Associação tem em vista, sobretudo, a implementação e reforço de estratégias integradas de cooperação na euro-região assumindo especial importância as propostas contidas na Agenda Estratégica do Eixo Atlântico pretendendo ser um modelo único de governo no âmbito da Cooperação Transfronteiriça.

Os seus objectivos eram direccionados numa primeira fase para proceder ao levantamento dos problemas de ordem económica, social, técnica e cultural, bem como pela procura das melhores soluções para os resolver, tendo sido considerados como prioritários para a promoção e desenvolvimento os seguintes:

- Empreendimentos infra-estruturais – obras e infra-estruturas;
- Política social e cultural;

Presidente

Secretário

- Protecção e promoção do ambiente;
- Turismo;
- Promoção de todo o tipo de actividades sociais, culturais e desportivas que se identifiquem com as raízes e identidade dos municípios, membros e que favoreçam a coesão do sistema urbano da euro-região de Portugal – Galiza.

Passado mais de dois anos após a adesão do Município de Lamego à Associação Eixo Atlântico, tem-se verificado a ausência do levantamento dos problemas através de estudos e relatórios, que se integram na região que a envolve.

Dispõe o artigo 3.º dos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Aquisição e perda de condição de associado, no seu ponto 3, refere que a perda de condição de associado poderá dar-se por petição do próprio ou por expulsão, sendo que esta deverá ser dirigida ao Presidente do Eixo Atlântico acompanhada de deliberação neste sentido por parte do executivo camarário – vide ponto 4 do mesmo artigo.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara Municipal que delibere no sentido de peticionar junto da Associação, a perda da condição de associado uma vez que não foram desenvolvidos projectos com proveito para o concelho de Lamego, dando assim cumprimento ao plasmado no n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º dos Estatutos da citada Associação.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, requerer junto da Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a perda da condição de associado.

Mais deliberou que, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.

07-ASSUNTO: CONTRATO DE ADESÃO ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E.P.E. (COD 08)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal no uso da competência que lhe foi delegada pelo senhor Presidente da Câmara de Lamego, em reunião ordinária realizada em 3 de Novembro de 2009, e de acordo com o conteúdo da informação

Presidente

Secretário

n.º 43/DFP MG, datada de 10 de Fevereiro do corrente ano, deu conhecimento ao executivo do teor do contrato de adesão com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E, cujo objectivo é a adesão do Município de Lamego, ao Sistema Nacional de Compras (SNCP), na qualidade de entidade compradora voluntária.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

08-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 168/2009 (COD 17)

ARGUIDO: BOAVENTURA JESUS SERRA GRINCHO PINELA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 157/17/11 do senhor vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, propondo que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, remeter os autos do referido processo ao Exmo. Senhor Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego.

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 141/2009 (COD 17)

ARGUIDA: RAFAELA CLAUDIA FIGUEIREDO DA FONSECA CONCEIÇÃO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 158/17/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo segundo a qual, dado que a arguida interpôs recurso a 01 de Fevereiro de 2011, propõe à Exma. Câmara Municipal a manutenção da decisão por si proferida em 16 de Novembro de 2010, de aplicação da coima ao presente processo, com os fundamentos nela constantes, e determine o envio dos presentes autos ao Exmo. Senhor Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas, informando a arguida dessa decisão.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, remeter os autos do referido processo ao Exmo. Senhor Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, e informando a arguida desta decisão.

10-ASSUNTO: OFERTA À BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LAMEGO DE DUAS COLECÇÕES DA ENCICLOPÉDIA LUSO – BRASILEIRA DE CULTURA, PELO SENHOR CORONEL DIOGO MARIA DA SILVA PINTO DE SUPÚLVEDA VELLOSO **(COD 08)**

A senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural deu conhecimento ao executivo que o senhor Coronel Diogo Maria da Silva Pinto de Sepúlveda Velloso ofertou à Biblioteca Municipal duas colecções da Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento e agradeceu a oferta.

11-ASSUNTO: PAGAMENTO DA DÍVIDA EM PRESTAÇÕES DA RENDA DA HABITAÇÃO NO BAIRRO DA QUINTA DE SANTO ANTÓNIO **(COD 31)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 159/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual vem acompanhada da informação n.º 276/PAT/MCA, e que dá conhecimento que a moradora do piso 0 dto, do Bloco A, Lote 33, senhora Guiomar Salazar Braga possui rendas de habitação em atraso no valor de € 287,53 (duzentos e oitenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), e do requerimento da arrendatária, em que solicita que lhe seja facultada a possibilidade de proceder ao pagamento das referidas rendas em atraso, em prestações, dado que não tem disponibilidade financeira para realizar o pagamento de uma só vez.

De acordo com a proposta, o pagamento em prestações não pode exceder em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não pode ser inferior a uma unidade de conta, que nesta data é de € 102,00. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir pelos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta

Presidente

Secretário

Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em seis prestações, no valor de € 47,92 e uma no valor de € 47,93.

Face ao exposto propõe à Exma. Câmara Municipal que defira o pagamento em seis prestações, cinco no valor de € 47,92 e uma no valor de € 47,93.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento em seis prestações, cinco no valor de € 47,92 e uma no valor de € 47,93.

12-ASSUNTO: PAGAMENTO DA DÍVIDA EM PRESTAÇÕES DA RENDA DA HABITAÇÃO NO BAIRRO DA QUINTA DE SANTO ANTÓNIO (COD 31)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 160/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual vem acompanhada da informação n.º 75/PAT/MCA, e que dá conhecimento que o morador do 2.º andar - Frente, do Bloco A, Lote 33, senhor Raul Fevereiro possui rendas de habitação em atraso no valor de € 651,30 (seiscentos e cinquenta e um euros e trinta cêntimos), e do requerimento do arrendatário, em que solicita que lhe seja facultada a possibilidade de proceder ao pagamento das referidas rendas em atraso, em prestações, dado que não tem disponibilidade financeira para realizar o pagamento de uma só vez.

De acordo com a proposta, o pagamento em prestações não pode exceder em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não pode ser inferior a uma unidade de conta, que nesta data é de € 102,00. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir pelos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em oito prestações, no valor de € 81,41 e sete no valor de € 81,43.

Face ao exposto propõe à Exma. Câmara Municipal que defira o pagamento em oito prestações, sete no valor de € 81,41 e uma no valor de € 81,43.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento em oito prestações, sete no valor de € 81,41 e uma no valor de € 81,43.

Presidente

Secretário

13-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – (ALVARÁ DE LOTEAMENTO 1/01) – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA **(COD 39)****REQUERENTE:** LIDL & C.A**LOCAL:** LUGAR DE CAVILHE – SÉ

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 161/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao auto de vistoria n.º 13, de 10 de Março de 2011, o mesmo seja homologado para recepção das obras de urbanização do loteamento a que corresponde o alvará n.º 1/2001, sendo de manter a caução no valor de 24.209,55€

Deliberado: Aprovada, por unanimidade.

14-ASSUNTO: LOTEAMENTO 1/87 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA **(COD 39)****REQUERENTE:** CONSTRUÇÕES CARLOS PEREIRA, LDA.**LOCAL:** LUGAR DA SEARA - BRITIANDE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 162/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao teor do auto de vistoria n.º 14, de 14 de Março de 2011, o mesmo seja homologado para recepção definitiva das obras de urbanização do loteamento a que corresponde o alvará n.º 1/87, extinguindo-se a caução existente no valor de 1.420,51€

Deliberado: Aprovada, por unanimidade.

15-ASSUNTO: EMPREITADA PARA “REQUALIFICAÇÃO DO CAIS DE BAGAUSTE E ADAPTAÇÃO PARA DESPORTOS NÃO MOTORIZADOS” **(COD 41)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 163/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, segundo a qual, encontrando-se em fase de formação do contrato, o concurso público de empreitada da obra pública, referenciada em epígrafe, por seu despacho, datado de 25.03.2011, exarado na informação 82/DOM, de 24.03.2011, informa que foram aprovados e aceites, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 61.º do CCP, os erros e omissões incluídos no mapa de quantidades, e aprovado o mesmo mapa de quantidades, anexo à informação

Presidente

Secretário

82/DOM, em resultado da apresentação, pelos interessados que se manifestaram nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 61.º do CCP, da lista de erros e omissões do caderno de encargos, mantendo-se o valor base fixado. Informa, ainda, que pelo mesmo despacho, foi determinado a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas por mais 17 dias seguidos, com data limite a 11/04/2011, e a notificar os interessados.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe à Exma. Câmara a ratificação do seu despacho, datado de 25/03/2011, exarado na informação 82/DOM, de 24/03/2011.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara.

16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO HABITACIONAL – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM DA SILVA NEVES

LOCAL: QUINTA DE S. GENS, LOTE N.º 3 - ALMCAVE

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 164/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao auto de vistoria n.º 11, de 03 de Março de 2011, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe, e se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado Auto de Vistoria, nomeadamente notificar o condomínio do prédio, para no prazo de 60 dias realizar as obras de conservação invocadas no mesmo capítulo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

17-ASSUNTO. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas rubricas orçamentais, deu conhecimento ao executivo do conteúdo da 4ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 210.449,00€, a que corresponde a 4.ª alteração do Plano de Actividades e, ainda, a 4.ª alteração ao Plano de Investimentos.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

18-ASSUNTO: CONTA DE GERÊNCIA, RELATÓRIO DE GESTÃO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – ANO 2010 **(COD 43)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 165/43/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sejam aprovados os documentos de prestação de contas relativos à Conta de Gerência do exercício de 2010, a qual se encontra instruída de acordo com os documentos que constam do Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, de 18 de Agosto, bem como a proposta de aplicação de resultados.

Mais propõe que, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja remetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, convocar uma reunião extraordinária, exclusivamente para discutir este e o ponto seguinte, devendo a respectiva convocatória ser enviada a todos os membros do órgão executivo, através de e-mail.

19-ASSUNTO: 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA **(COD 43)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 166/43/11 do senhor Presidente da Câmara para que, tendo em atenção a necessidade de reforçar rubricas da despesa, utilizando o saldo de gerência do ano anterior, seja aprovada a 1ª Revisão do Orçamento da Despesa, no montante de 1.164.928,79€, reforçando-se as despesas com os transportes escolares, com a recolha dos resíduos sólidos, bem como as relacionadas com a iluminação pública, e inclusão de uma nova rubrica de despesa, destinada à participação no capital social da fundação Dr. João de

Presidente

Secretário

Almeida, e à 1.ª Revisão do Orçamento da Receita, com a inclusão de uma nova rubrica 16.01.01. (saldo orçamental na posse do serviço).

Mais propõe que o processo seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, convocar uma reunião extraordinária, exclusivamente para discutir este e o ponto anterior, devendo a respectiva convocatória ser enviada a todos os membros do órgão executivo, através de e-mail.

20-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DETIDAS NAS EMPRESAS: ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A., RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A E MUNICIPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M.,S.A (**COD 47**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 171/47/10 do senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“Considerando que:

“O Sector Empresarial do Estado integra as empresas públicas, nos termos do artigo 3.º e as empresas participadas”. – n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

Dispões o artigo 3.º, n.º 1 que consideram-se empresas públicas as sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nos quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante em virtude de algumas das seguintes circunstâncias:

Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto;

Direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.”

Presidente

Secretário

No artigo 4.º do citado normativo legal, com o título **Missão das empresas públicas e do Sector Empresarial do Estado** é referido que “A actividade das empresas públicas e o sector empresarial do Estado devem orientar-se no sentido de contribuir para o equilíbrio financeiro do conjunto do sector público...”.

No artigo 5.º do mesmo diploma - **Sectores empresariais regionais e municipais** – “Além do estado, apenas dispõem de sectores empresariais próprios as regiões autónomas, os municípios e as suas associações, nos termos da legislação especial, relativamente à qual o presente diploma tem natureza supletiva.”

O n.º 1 do artigo 6.º do mesmo diploma refere “... uma empresa participada por diversas entidades públicas integra-se no sector empresarial da entidade que, no conjunto das participações do sector público, seja titular da maior participação relativa.”

Considerando o relato final do Tribunal de Contas da auditoria ao exercício de 2008, no que se refere à responsabilidade financeira nas situações de desequilíbrio financeiras das empresas do Sector Empresarial do Estado proporcional à participação do Município no seu capital social, em que se fundamenta nas normas dos arts. 31º e 32º da Lei n.º 53-F/2006, de 29.12, do art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15.01 e do art. 28º da Lei do Orçamento do Estado para 2008.

Face ao exposto, o Município de Lamego não tem maior participação relativa nessas empresas, logo, não é pertencente ao sector empresarial de cada entidade em causa, pelo que, se entende, os prejuízos devem recair para o endividamento de quem seja titular da maior participação relativa, *não devendo ser relevado para o endividamento do Município.*

Por seu turno, considerando que o Município de Lamego é detentora das seguintes participações financeiras:

- Uma participação 1,97% (€551.934,00) do capital social da empresa ATMAD S.A [Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, criada pelo Dec. Lei nº 270-A/2001, de 6 de Outubro, é responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro];

Presidente

Secretário

- Uma participação 1,30% (€ 104.033) do capital social da empresa RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. [criada pelo Dec. Lei nº 235/2009, de 15 de Setembro responsável pelos sistemas multimunicipais para triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do Vale do Douro Sul];

- Uma participação 0,15% (€ 4.985,01) do capital social da empresa Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. [Municipia é uma Sociedade Anónima, enquadrada juridicamente no SEL, que opera nas áreas da Fotografia Aérea, Cadastro, Cartografia, Formação, Consultoria, SIG e Desenvolvimento de Aplicações].

Assim, propõe-se a alienação das participações financeiras detida em empresas participadas na seguinte proporção:

- 100% da participação financeira detida nas ATMAD, S.A (551.934 acções classe A);
- 96% da participação financeira detida na RESINORTE (100.000 acções classe A);
- 100% da participação financeira na Municipia, S.A.

Atendo o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro em que “compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o município, nos termos da lei, (...) a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas (...)”.

Considerando que o procedimento para a associação ou desvinculação com outras entidades tem a mesma tramitação processual.

Propõe-se à Ex.ma Câmara Municipal:

1- Que seja aprovada a alienação das referidas participações, dando conhecimento dessa decisão aos restantes accionistas, relativamente à participação na Empresa Municipia, S.A;

2- Que seja aprovada a alienação das restantes participações, com conhecimento às Sociedades supra identificadas, para que, estas, querendo, possam exercer o direito de preferência na transmissão de acções da classe A, primeiro a favor da sociedade e depois a favor dos accionistas titulares da mesma classe de acções”.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, alienar 100% das participações financeiras detidas na ATMAD S.A [Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA]; 96% da participação financeira detida na Resinorte e 100% da participação financeira detida na Municipia, S.A.

Mais deliberou que, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o processo seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

21-ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS CENTROS HOSPITALARES – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE (**COD 56**)

REQUERENTE: ENTIDADE REGULADORA DE SAÚDE

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício n.º 01125, emanado da Entidade Reguladora da Saúde, datado de 14 de Março de 2011, que, ao abrigo das competências estabelecidas no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 127/2009, de 27 de Maio, e na sequência da solicitação de sua Excelência a Ministra da Saúde, a Entidade Reguladora da Saúde deliberou proceder à elaboração de um Estudo de avaliação do cumprimento dos objectivos de melhorias de gestão que se desejava obter com a criação dos Centros Hospitalares, bem como de maior complementaridade na prestação de cuidados pelas diversas unidades integradas nos mesmos, com resultados expressos no acesso dos doentes aos cuidados de saúde.

Deu, ainda, conhecimento que o impacto da criação dos Centros Hospitalares nas populações torna oportuno solicitar a colaboração da Câmara no sentido de obter a apreciação da concreta realidade conhecida por este Município, seja no que respeita à proximidade e disponibilidade de serviços hospitalares para os utentes, seja no que respeita a outros aspectos relevantes, e nomeadamente atinentes à

Presidente

Secretário

mobilidade de utentes e de profissionais de saúde, que se consideram úteis na apreciação em curso.

Deliberado: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, informar a Entidade Reguladora de Saúde que a apreciação que este executivo da criação do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro é a de que a mesma foi prejudicial ao cumprimento dos objectivos de prestação de cuidados de saúde à população do Douro Sul, dado que levou a uma saída significativa de profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) que deixaram o Hospital de Lamego e se deslocaram para o Centro Hospitalar ou para outros hospitais. A integração no centro hospitalar provocou, ainda, o encerramento de diversos serviços, nomeadamente Obstetrícia, Pediatria, Bloco de Urgência, Gastrenterologia, Cardiologia e Ginecologia. Finalmente, a integração do hospital distrital de Lamego no centro hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro provocou anualmente um aumento exponencial dos doentes transferidos para Vila Real, com aumento dos custos e inconvenientes que tais deslocações implicam para doentes, familiares e para o próprio sistema nacional de saúde.

Considera, portanto, que a criação do Centro Hospitalar serviu apenas interesses economicistas não comprovados e traduziu-se, para a população do Douro Sul, numa dramática redução da acessibilidade a cuidados de saúde adequados, universalmente garantidos pela constituição da República Portuguesa.

22-ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO PLANO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE 2009 - 2010 (COD 56)

REQUERENTE: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício n.º 002748, remetido pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., datado de 29 de Março de 2011, a enviar o documento “Avaliação do Plano Regional de saúde do Norte 2009 – 2010”

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

23-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - SANDE (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 167/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 145/DMSU, de 17 de Fevereiro de 2011, seja colocada a seguinte sinalização de trânsito na freguesia de Sande:

- 1 Sinal vertical de paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros (H20a) – na estrada nacional n.º 2, no cruzamento dos lugares de Cimo de Sande, Torre e Vale;

A sinalização de trânsito aqui referida está regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, alterada pelo Decreto Regulamentar n.º 41/02, de 20 de Agosto.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

24-ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 168/64/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, informando que, no âmbito da auditoria financeira efectuada ao Município de Lamego, que o Tribunal de Contas efectuou, em 27.01.2011, são formalizadas várias recomendações a este Município, constantes das páginas 13 e 14 do respectivo relatório, tendo os Senhores Juízes daquele Tribunal deliberado “...determinar que o Presidente da Câmara Municipal de Lamego, no prazo de 180 dias, informe este Tribunal da sequência dada às recomendações ora formuladas...”.

Nesta conformidade, propõe à Exma. Câmara que seja constituída uma comissão de acompanhamento do cumprimento das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas, sendo a mesma composta pelos seguintes elementos:

- António Pinto Carreira, Vice-Presidente da Câmara;
- Rosália Sofia Santos Vigia Polaco de Oliveira, técnica superior;

Presidente

Secretário

- António Joaquim Fonseca de Oliveira Correia, técnico superior.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

25-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DO 1.º CEB N.º 2 DE LAMEGO – CENTRO ESCOLAR – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 172/41/11 do senhor Presidente da Câmara, segundo a qual e nos termos do n.º 3 do artigo 68.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe que seja ratificado o seu despacho datado de 28 de Março, no qual determinou que, em virtude do membro do Júri Dra. Maria Inácia Carvalho Pinto Pereira, não ser portadora do cartão de cidadão, não podendo, por isso, efectuar assinaturas digitais na plataforma electrónica de contratos públicos para a submissão dos relatórios preliminar e final do concurso público de Ampliação e Requalificação da Escola do 1.º CEB n.º 2 de Lamego – Centro Escolar, que está a decorrer, deverá subir a membro efectivo o primeiro membro do júri suplente, de acordo com o seu despacho proferido na informação n.º 336/DOM, o senhor Eng.º André do Cabo Pires.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, a ratificação da proposta.

26-ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELECTRICA PARA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMODÃES (COD 37)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 173/37/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, a qual refere que, em reunião de

Presidente

Secretário

Câmara realizada no dia 22.03.2011, o executivo deliberou, por unanimidade, mandar proceder a uma vistoria urgente pelos serviços técnicos, para aferir a evolução das obras da Sede da Junta de Freguesia de Samodães.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, prorrogar o prazo de fornecimento de energia eléctrica, por mais 360 dias.

27-ASSUNTO: OCUPAÇÃO ABUSIVA DA QUINTA DAS LAMAS (COD 42)

OCUPANTES: MARIA HELENA MARTINHO TAVARES CC JOSE CAMELO TAVARES E CARLOS MONTEIRO FERRERIA

LOCAL: QUINTA DAS LAMAS - CAMBRES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 174/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que refere o teor da informação n.º 84/DFP AO, na qual é denunciada a ocupação parcial não autorizada da Quinta das Lamas, Freguesia de Cambres, pela senhora D. Maria Helena Martinho Tavares cc José Caramelo Tavares, com cultivo de produtos hortícolas para consumo próprio, e pelo senhor Carlos Monteiro Ferreira com barracos para criação de carneiros e galinhas, ocupação dos armazéns para depósito de lixo, armazenamento de lenhas e estacionamento de viaturas, bem como vedação não autorizada de parte da Quinta para criação de animais.

Informa, ainda, que deu entrada um pedido do senhor Carlos Monteiro Ferreira, a solicitar autorização para manter a ocupação dos terrenos, bem como o cultivo de produtos alimentares para consumo próprio do agregado familiar dos mesmos, até que Município de Lamego necessite da referida quinta.

Assim, propõe à Exma. Câmara que aprecie o pedido do requerente, bem como decidia sobre as medidas a tomar para a reposição da situação, se o executivo assim o entender.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, pedir um parecer à Junta de Freguesia de Cambres.

28-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A EP – ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A (COD 41)

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 175/41/11 do senhor Presidente da Câmara para que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a E.P – Estradas de Portugal, que tem por objecto o estabelecimento dos termos e condições para efeitos da execução da rotunda ao km 19,500 na EN 226, na intersecção com a EM 521 que constitui a ligação a Vila Meã, Ferreirim

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

29-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A MARCAÇÃO E DEINAMIZAÇÃO DO CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO CELEBRAR ENTRE OS MUNICIPIOS DE VISEU, CASTRO DAIRE, LAMEGO, PESO DA RÉGUA, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, VILA REAL, VILA POUCA DE AGUIAR E CHAVES (**COD 41**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 176/20/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e do Desenvolvimento Económico para que seja aprovada a minuta do protocolo referenciado em epígrafe, tendo em vista a implementação e dinamização do Caminho Português Interior de Santiago

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

30-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: MARCO PAULO DA COSTA RODRIGUES – BAR PUROMALTE, LDA.

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 177/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Marco Paulo da Costa Rodrigues, gerente do bar Puromalte, Lda., seja ratificado o seu despacho, datado de 11.03.2011, e que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, no dia 3 de Abril de 2011, e seja, ainda, autorizado o mesmo alargamento de horário para os dias 6, 10, 17, 20, 24 e 30 de Abril, 1, 4, 8, 15, 18, 22 e 29 de Maio e 5, 12, 19 e 26 de Junho de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao

Presidente

Secretário

Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico no qual autorizou o alargamento de horário no dia 3 de Abril.

Mais deliberou, igualmente, por unanimidade, autorizar o alargamento de horário para os dias 6, 10, 17, 20, 24 e 30 de Abril de 2011, e 1, 4, 8, 15, 18, 22 e 29 de Maio e 5, 12, 19 e 26 de Junho de 2011.

31-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 178/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho, gerente do bar TreBaRuna, seja ratificado o seu despacho, datado de 11.03.2011, que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 às 04H00 da manhã, nos dias 2 e 3 de Abril de 2011, e seja, ainda, autorizado o mesmo alargamento de horário para os dias 9, 10, 16, 17, 23 e 24 de Abril de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos

Presidente

Secretário

expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do referido Regulamento Municipal.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico no qual autorizou o alargamento de horário nos dias 2 e 3 de Abril de 2011.

Mais deliberou, igualmente, por unanimidade, autorizar o alargamento de horário para os dias 9, 10, 16,17, 23 e 24 de Abril de 2011.

32-ASSUNTO: CERTIDÃO DE DESTAQUE - (COD 39)

REQUERENTE: MACARIO RODRIGUES MENDONÇA

LOCAL: LUGAR DO ALTO DA VENDA - AVÕES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 179/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao teor da informação n.º 1270, de 23 de Março de 2011, e nos termos dos n.ºs 4 e 9 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja deliberado o deferimento do destaque da parcela referenciada em epígrafe, com vista à emissão da respectiva certidão.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, o deferimento do destaque em epígrafe, bem como emitir a respectiva certidão.

33-ASSUNTO: PROTOCOLOS DE COLLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO, A JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ E O GRUPO REGIONAL DE DANÇAS E CANTARES DE MAGUEIJA (COD 25)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 180/25/11 do senhor Presidente da Câmara para aprovação das minutas dos protocolos referenciados em epígrafe, os quais se destinam à organização conjunta da Feira de Santa Cruz – Feira do 3 de Maio de 2011.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

34-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

35-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 11 horas e 40 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,